

O LIXÃO DE GRAMACHO E OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: TERRITÓRIO EXTRAORDINÁRIO DO LIXO

Valéria Pereira Bastos¹

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RESUMO

O presente texto é produto de reflexões a respeito do resultado de parte da pesquisa realizada com os catadores e catadoras de materiais recicláveis que sobreviviam do garimpo do lixo no maior aterro controlado da América Latina, localizado no Estado do Rio de Janeiro, no município de Duque de Caxias. Reflete como o trabalho desenvolvido pode auxiliá-los na luta pela sobrevivência, visto que buscaram a construção de um canal de relações entre eles, o poder público e o terceiro setor para garantia de trabalho e renda após o encerramento das atividades de catação de lixo no referido aterro.

Palavras-chave: Catador de material reciclável, Lixão, Poder público, Terceiro setor.

THE GRAMACHO LANDFILL AND RECYCLABLE MATERIAL: EXTRAORDINARY TERRITORY OF GARBAGE

ABSTRACT

This text reflects results of part of the research which has been developed with waste pickers of recyclables who have survived from collecting trash at the largest controlled landfill in Latin America, located in Duque de Caxias, in Rio de Janeiro. The text reflects how the social work developed helps them in searching for survival as it pursued the establishment of a channel of relationships between waste pickers, the public power and the third sector in order to grant jobs and income after the end of activities at the landfill.

Keywords: Waste picker of recyclables, Landfill, Public power and Third sector.

OS CATADORES E O CENÁRIO DA CATAÇÃO

Acreditamos ser de fundamental importância para este estudo compreender como esse trabalhador-catador se estabeleceu no mundo do trabalho e qual o significado do seu papel no cenário socioeconômico ambiental ao longo dos anos, visto que a matéria-prima da sua atividade foi sempre reconhecida como aquilo que não se deseja mais, o rejeito, a sujeira, o inútil, enfim o refugo.

¹ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Presta consultoria socioambiental aos catadores e catadoras que trabalham no Polo de Reciclagem de Jardim Gramacho. E-mail: vbastos@puc-rio.br

Nesse sentido, buscando referências históricas para o entendimento da questão, encontramos na tese de Marta Velloso (2004) registro da profissão de catador, datado do período medieval.

Durante o período medieval, os resíduos eram basicamente de natureza orgânica, sendo originados pela necessidade fisiológica, pela alimentação e pelo vestuário do homem. Esse lixo era constituído praticamente de cascas de frutas, carcaças de animais e trapos. Já existiam os catadores de lixo, que eram chamados de trapeiros. Podemos observar que, desde aquela época até os dias atuais, as pessoas que trabalham ou vivem do lixo – catadores, coletores de lixo e até mesmo os engenheiros sanitaristas – são estigmatizadas pela sociedade. São vistos da mesma maneira os espaços destinados ao tratamento e ao destino final dos dejetos ou dos resíduos sólidos – lixões, vazadouros, depósitos, aterros sanitários, usinas de reciclagem e estações de tratamento de esgotos (VELLOSO, 2004, p.26).

Além desse registro, Velloso ainda sinaliza que,

[...] por sobreviverem daquilo que é descartado, esses seres humanos são desconhecidos como cidadãos e identificados como descartáveis. Rodriguez (2002) comenta o fato ocorrido no ano de 1992, na cidade de Barranquilla, na Colômbia, quando onze descartáveis foram assassinados e seus corpos utilizados para experiências médicas em um centro universitário. O crime deu origem à rede de cooperativas de recicladores da América Latina, que foram criadas no intuito de valorizar a ocupação e de reconhecer os descartáveis como profissionais recicladores de resíduos (VELLOSO, 2004, p.26).

Embora seja evidenciado nas falas o desprestígio dado à tarefa realizada pelo catador, registra-se por meio do órgão representativo da categoria – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR (2011), pelo Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRE (2012) e até mesmo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), entre outras entidades, o aumento significativo do número desses trabalhadores nas ruas, nos lixões² e aterros controlados³, justificado em grande parte por conta da ausência de postos formais de trabalho,

² Lixões são os espaços onde ocorre o vazamento de resíduos sólidos desordenadamente, sem tratamento do solo e com a presença de pessoas na atividade de catação.

³ Aterros controlados são locais destinados ao vazamento de resíduos sólidos com adequado tratamento do solo e canalização do gás, no entanto ainda com a presença de pessoas na área de catação.

como é o caso do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, cenário da pesquisa, que contava até junho de 2012, período do encerramento das atividades de catação a céu aberto, com cerca de 1.700 pessoas desenvolvendo a atividade de catação sem garantias afiançadas pelo poder público de trabalho e renda, diante das novas medidas socioambientais determinadas pela Lei Federal nº 12.305/10, que estabeleceu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Este é um dado que foi possível constatar também no lócus da pesquisa, pois a grande maioria dos catadores (74%) informou que está na catação, mas já teve relação direta com o trabalho formal; atualmente, entretanto, só conta com a atividade de garimpo do lixo como geradora de recurso para sobrevivência pessoal e familiar.

Esse fato ganha sustentação diante da fala de Luiz Machado Silva, que, ao analisar a atual realidade do trabalho e dos trabalhadores no Brasil, apresenta uma classificação que consideramos ter relação direta com a situação na qual os catadores são incluídos, pois subdivide o grupo entre os mais e os menos afetados por esse processo; portanto, podemos sinalizar que esses sujeitos se encaixam em:

[...] um terceiro contingente de trabalhadores – correspondente ao que poderia ser considerado o núcleo dos “informais” – [que] passa a desenvolver atividades não assalariadas. Entretanto, também neste caso não estamos diante de um segmento homogêneo. De um lado dele fazem parte grupos sociais pauperizados que, obviamente, são majoritários. Trata-se dos segmentos menos qualificados obrigados a se reorientar na direção das inúmeras atividades precárias – cujo exemplo clássico é o biscateiro – consideradas na década de 1970 típicas dos então denominados “grupos marginais”. Aqui, embora não estejamos propriamente diante do puro e simples desemprego, configura-se o nicho dos recursos de sobrevivência de um exército de reserva estagnado em expansão, com perspectivas cada vez mais reduzidas de reintegração econômica (SILVA, 2003, p 170).

Diante dessa realidade, evidenciamos que o tratamento dado ao resultado da pesquisa se transformou em ferramenta eficiente para o trabalho social, uma vez que permitiu a viabilização do fortalecimento dos catadores e catadoras, na busca por se reintegrarem ao mundo do trabalho, não para mudarem de profissão, mas para serem

reconhecidos como trabalhadores importantes na área ambiental, merecendo respeito e valorização pela atividade desempenhada.

Nesse sentido, para compreender melhor o processo, procuramos desvendar alguns aspectos a respeito da vida dos catadores e de seu trabalho e levantamos as seguintes questões norteadoras para investigação: quem são os catadores do território de Jardim Gramacho? Como identificam a atividade que desempenham? Quais são os programas dos quais são beneficiários? O que pretendem fazer no encerramento do Aterro? Quais alternativas de trabalho devem ser buscadas junto ao poder público para garantia de trabalho e renda para o grupo?

Com o intuito de confirmar ou refutar as questões levantadas, selecionamos alguns resultados apontados na pesquisa realizada com 170 trabalhadores, amostra de cerca de 10% do contingente, que nos auxiliou na construção do entendimento da realidade dos catadores e catadoras do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho na busca de juntos buscarmos alternativas de trabalho e renda para sobrevivência após o encerramento das atividades do aterro.

OS CATADORES NO TERRITÓRIO EXTRAORDINÁRIO DO LIXO

O universo da pesquisa é constituído por adultos de ambos os sexos, com predominância do gênero masculino, atingindo 55% na atividade, a faixa-etária que tem maior incidência é a de 18 a 41 anos, alcançando 68%, seguida da faixa de entre 42 e 65 anos, com o percentual de 34%; somente 4% têm idades superiores a 65 anos. Esse fato leva a verificar que a grande maioria encontra-se em idade ativa para o trabalho; portanto, deve objetivar melhores condições e de trabalho em busca de qualidade de vida.

Verificamos que a maioria teve acesso à escola; nem por isso concluiu o ciclo básico e/ou consegue ler e escrever com fluência. Complementando a análise, ressaltamos que, daqueles catadores e catadoras que tiveram pouco ou nenhum acesso aos bancos escolares, ficou evidenciado que somente 4% leem e escrevem com

desenvoltura, pois 45% leem e escrevem com dificuldade e 51% não sabem ler e escrever.

Essa condição por si só já exclui grande parte das pessoas do acesso ao mercado formal de trabalho, tendo em vista que o mundo atual, global e flexível, exige maior nível de especialização; a cada dia são expulsas do mercado formal de trabalho pessoas com nível de escolaridade superior por falta de maior aperfeiçoamento.

Sendo assim, ao contabilizarmos os dados de identificação pessoal, encontramos 87% do universo pesquisado constituídos por catadores de materiais recicláveis desorganizados e à mercê de toda sorte, devido a sua condição de trabalho no aterro centrar-se na frente de serviço, local a céu aberto destinado ao vazamento do lixo oriundo dos municípios que destinam resíduos no aterro.

Em relação ao nível de “consciência” de seu papel na condição de trabalhador ambiental, foi possível identificar que eles se encontram desfocados da atual realidade, porque a maioria (cerca de 120 dos 170 catadores pesquisados) declarou não estar atrelada a nenhum tipo de organização da categoria e ainda desconhece o seu real papel na cadeia produtiva industrial. Dos entrevistados, somente nove informaram que estão conscientes de que seu trabalho tem relação direta com a preservação ambiental.

Esses dados nos levaram ao entendimento de que a catação no território de Jardim Gramacho se reduzia ao processo de sobrevivência, pois o valor ambiental dado ao trabalho desses profissionais ainda era algo distante da realidade deles, fator que nos permitiu indagar quais são as perspectivas desses trabalhadores para o futuro, tendo em vista que se faz necessário propor melhores formas de realização da atividade de catação, uma vez que os estudos mostram a importância do papel do catador e da catação, que vem acenando para melhores formas de a atividade se processar, por meio da coleta seletiva, em que o material já vem separado, oferecendo melhor condição de trabalho, conforme aponta Pólita Gonçalves:

No Brasil há coleta seletiva. Temos casos há mais de 10 anos, como os de Porto Alegre e Curitiba. Há diversos modelos respeitando a realidade local e trabalhando dentro de suas possibilidades de

articulação. Em todas elas os catadores, organizados em cooperativas, estão envolvidos e encontraram nessa atividade o **caminho para viver do lixo, deixando de viver no lixo**. Os catadores compram o lixo separado na fonte, em articulações silenciosas com faxineiros e serventes, e vendem para pequenos sucateiros e atravessadores (GONÇALVES, 2003, p.93, grifo nosso).

Gonçalves prossegue sua reflexão complementando sua análise a respeito da importância do catador no contexto social enfocando que,

[...] por outro lado, a municipalidade e a sociedade encontram no catador a solução para dois grandes problemas: o desvio da destinação em lixões e aterros controlados ou sanitários de resíduos recicláveis; e a diminuição da exclusão social, já que com a catação esse indivíduos, organizados ou não, invisíveis ou não, encontram uma renda e um lugar na sociedade (GONÇALVES, 2003, p.93).

A maioria dos catadores (43%) reside no território de Jardim Gramacho, bairro onde o aterro se localiza, fator que pode ser o motivo da grande incidência de moradores, seguido de 42% de moradores dos demais bairros do próprio município de Duque de Caxias. Com isso, observa-se que a grande concentração domiciliar ocorre dentro da localidade, que se converte em um território fértil de possibilidades e de limites para além do escopo do trabalho, visto que as pessoas, além de defenderem o sustento, necessitam utilizar bens e serviços do local que nem sempre atende às demandas advindas da realidade da população, fator que também é comprovado quando cruzamos o local da residência com o acesso dos catadores aos programas governamentais estabelecidos pela política pública de assistência social.

Enfocamos essa questão tendo em vista que foi possível identificar que, do universo pesquisado, somente 24 (17%) são contemplados por benefícios sociais dos programas governamentais, pois os 146 restantes (83%) não têm acesso ao direito previsto pela política pública de assistência social, embora sejam elegíveis.

Sustentamos o que foi mencionado pela fala de Dirce Koga (2001, p.47), quando sinaliza a atenção que merece ser dada ao território, pois os limites são bem maiores que as possibilidades em área cuja desigualdade e a injustiça social são presentes; portanto, é necessário ficarmos atentos para não cometer enganos no trato com a questão, conforme a autora aponta:

Em contextos de fortes desigualdades sociais, de tendências à focalização cada vez mais presentes nas propostas de políticas sociais, o território representa uma forma de fazer valer as diferenças sociais e culturais que também deveriam ser consideradas nos desenhos das políticas públicas locais.

É nesse sentido que a referência territorial pode significar não somente as expressões mais imediatas e concretas das realidades vividas como também conter elementos aparentemente invisíveis, mas significativos, que dizem respeito aos valores, sentimentos, perspectivas que rodeiam as vidas das populações (KOGA, 2003, p.47).

Outro ponto evidenciado no território de Jardim Gramacho que pode ser considerado um processo de exclusão social proporcionado pela informalidade advinda da atividade de catar lixo é o fato de identificarmos que, dos 170 catadores abordados, somente 20 têm garantias previdenciárias, pois contribuem para a Previdência Social, e três são aposentados; 150 pessoas (a grande maioria) não têm assegurado o direito à previdência. Acreditamos que esse fato aconteça em razão de o benefício ser algo que só se materialize mediante uma necessidade, e isso faz com que o trabalhador não vislumbre a importância de compromissar-se com esses encargos que, na perspectiva do mercado formal, estão embutidos tanto nos recebimentos como nas deduções, tornando-se invisível.

Nesse sentido, consideramos significativo retomar as reflexões efetuadas por Luciano Oliveira (1999) em seu artigo *Os excluídos existem?*, em que ele, ao fazer uma revisão acerca do conceito de exclusão social, apresenta como recomendável que tratemos como excluídos todos aqueles que, mais do que simplesmente pobres, estejam próximos da situação de miserabilidade e que, para tanto, eles sejam identificados como aqueles que não estão inseridos no mercado formal de trabalho, tendo somente a via informal como alicerce de sobrevivência.

Procuramos apurar como eles achavam que a sociedade encarava o trabalho que eles desenvolviam, qual era o conhecimento da grande maioria acerca da cadeia produtiva de reciclagem e se eles se sentiam parte integrante do processo. Os catadores responderam com clareza que são sabedores que o trabalho desenvolvido é desvalorizado pela sociedade, mas eles se reconheciam como trabalhadores

importantes no processo ambiental e expressavam desejo de continuar na atividade como fonte de sobrevivência.

De posse da análise dos dados e reconhecendo a proximidade da data de encerramento das atividades do aterro, divisor de água entre a permanência do trabalho, mesmo que em condição perversa e o total desemprego. Nos últimos meses que antecederam o encerramento das atividades de vazamento de lixo no aterro, foram promovidas inúmeras ações por meio da prática multidisciplinar em que o Serviço Social teve presença efetiva na relação direta com as lideranças dos catadores que, juntamente com o Governo do Estado, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente, algumas empresas públicas e organizações do terceiro setor, possibilitaram a abertura da discussão e de encaminhamentos para diversos órgãos do setor público, tanto municipal como estadual, para garantir a inclusão de catadores e catadoras em atividades voltadas para acesso a bens e serviços, para o meio ambiente e para novas frentes de trabalho.

Ocorreram inúmeras reuniões, quase semanais, envolvendo novos representantes além das lideranças dos catadores, pois houve maior envolvimento do Governo Federal, por meio da Secretaria Especial da Presidência da República, do Governo Estadual, pelas Secretarias do Ambiente e Trabalho e Direitos Humanos, e da Prefeitura do Rio de Janeiro, objetivando materializar as devidas condições para o encerramento das atividades e efetividade nas ações para apoiar catadores e catadoras no encerramento do aterro.

Foram promovidas as seguintes atividades para atender as necessidades de catadores e catadoras do aterro:

- Realização de dois recadastramentos de todo o efetivo de catadores; o segundo, realizado em fevereiro de 2012, foi além da quantificação e identificação, pois os trabalhadores foram também cadastrados nos programas de transferência de renda do Governo Federal – Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e no Programa Renda Melhor, por meio de ação efetivada pelo CRAS/Jardim Gramacho;
- Promoção de ação social para emissão de documentos, como registro civil de nascimento, carteira de identidade, carteira de trabalho e previdência social, entre outros;

- Realização de assembleia que contou com a participação maciça dos catadores, cerca de 1.500 pessoas, em que ficou decidido que o fundo previsto para apoiar processos de capacitação se reverteria em processo indenizatório;
- Criação do grupo gestor, composto por autoridades e representantes dos catadores, para administrar recursos financeiros destinados ao apoio para inclusão social e econômica de catadores e catadoras atuantes no Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho;
- Celebração de parceria entre a Secretaria de Estado do Ambiente, Petrobras, Pangea – Centro de Estudos Socioambientais e a Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho – ACAMJG, com objetivo de fomentar a construção do polo de reciclagem para garantia da continuação das atividades de separação e comercialização de materiais recicláveis.

Sendo assim, como uma das parcelas de ação inclusiva, catadores e catadoras, contabilizando 1.700 pessoas, receberam do governo municipal a soma de R\$ 14.000, em conta individual aberta pela Caixa Econômica Federal, que montou um posto avançado dentro do Aterro para realização do ato, pois o fundo compensatório previsto para apoiá-los ao longo dos catorze anos após o encerramento do aterro, conforme previsto em contrato pela companhia municipal responsável pela gestão dos resíduos sólidos, se transformou em fundo indenizatório, resultado da assembleia realizada com a maioria, o que foi acatado pelas autoridades; portanto, se reverteu em pagamento individual.

Reconhecemos que essa pode não ter sido a melhor opção, tendo em vista que o acompanhamento a catadores e catadoras e a continuidade das ações na área de coleta seletiva de resíduos ainda não estavam efetivamente assegurados, mas, como resultado de trabalho coletivo, consideramos que foi um passo dado na direção do aprofundamento de várias questões levantadas inicialmente na pesquisa realizada e que poderão ser trabalhados futuramente.

Complementando o processo inclusivo, foi viabilizada pelo poder público em parceria com as lideranças dos catadores e o Pangea (organização do terceiro setor) a celebração de acordos, contratos e repasses de recursos para construção de um polo de reciclagem no próprio bairro de Jardim Gramacho, em área doada pelo Governo

Federal, e a aquisição de equipamentos e caminhão para garantir a continuação das atividades de separação e comercialização de resíduos sólidos em escala de forma ordenada, salubre, política e ambientalmente correta e capaz de manter o trabalho daqueles que não contariam mais com o aterro como fonte de sobrevivência.

Sendo assim, em 3 de junho de 2012, foi chegada a hora do encerramento das atividades de vazamento e recebimento de resíduos sólidos urbanos no Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, inicialmente pela alegação técnica de esgotamento dos espaços para acomodação dos resíduos, mas também por causa dos compromissos socioambientalmente assumidos pelas autoridades na direção de atender à Lei Federal nº 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, exigindo uma resposta adequada por parte do Estado em relação à destinação correta de resíduos em um prazo de até quatro anos após sua publicação.

OS EVENTOS DA CIDADE MARAVILHOSA E SEU REFLEXO NO TERRITÓRIO EXTRAORDINÁRIO DO LIXO

Outro ponto relevante que se faz necessário registrar é que a prefeitura resolveu antecipar o fechamento do aterro como forma de compromisso político e ambiental no contexto da preparação da cidade para a Conferência das Nações Unidas (Rio+20), pois ter o maior “lixão” da América Latina em operação seria uma péssima vitrine para o modelo de cidade que se queria apresentar ao mundo durante a conferência. Assim, apenas alguns dias antes da realização da conferência supracitada foi celebrada uma cerimônia em que o prefeito e outras autoridades fecharam oficialmente e definitivamente o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho. Tratava-se, assim, de mostrar ao mundo as aspirações cariocas de se tornar uma cidade ambientalmente correta, mesmo que sem existir ainda nenhuma política clara de reciclagem do lixo que viesse a substituir o enorme trabalho de cunho ambiental realizado pelos catadores e catadoras de materiais recicláveis do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho.

Apesar de a Prefeitura do Rio de Janeiro, os Governos Estadual e Federal terem descerrado a placa de “Aterro fechado” e, consequentemente, marcado oficialmente o fim das atividades e das histórias dos catadores e catadoras dentro do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, vulgo “Lixão de Gramacho”, registra-se ainda que muitos desafios devam ser vencidos, pois as tarefas de acompanhamento e realização de projetos para o efetivo processo de organização dos catadores não acabaram; portanto, será necessário envidar esforços na busca de garantir a continuidade das ações socioambientais corretas para que seja mantido o trabalho dos catadores e catadoras, mas sem perder de vista o compromisso com o tratamento e a destinação correta dos resíduos, na garantia de que o meio ambiente não seja mais uma vez vítima da ignorância e desrespeito público, pois aí sim todos sairão ganhando nessa relação que foi estabelecida por décadas, mas que somente com a decisão de fechamento do aterro não se encerrou.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. IBGE. *Indicadores de desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2012.shtm>. Acesso em 5 jun. 2014.
- CEMPRE. Compromisso Empresarial para Reciclagem. Informativos. Disponível em: <<http://www.cempre.org.br/>>. Acesso em 6 jun. 2014.
- GONÇALVES, Pólita. *A reciclagem integradora dos aspectos: ambientais sociais e econômicos*. Rio de Janeiro: Fase/DP&A, 2003. Série Economia Solidária, v. 5.
- MOVIMENTO NACIONAL de Catadores de Materiais Recicláveis. *Notícias Nacionais*. Disponível em <<http://www.mncr.org.br/>>. Acesso em 5 jun. 2014.
- KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre território de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- KOWARICK, Lucio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *Novos Estudos*, São Paulo, nº 63, jul. 2002.
- SILVA, Luiz Antonio Machado. Mercado de trabalho, ontem e hoje: Informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. *Além da fábrica, trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- VELLOSO, Marta Pimenta. *A atividade e resíduos resultantes da atividade humana: da produção do lixo à nomeação do resto*. Tese de doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2004.